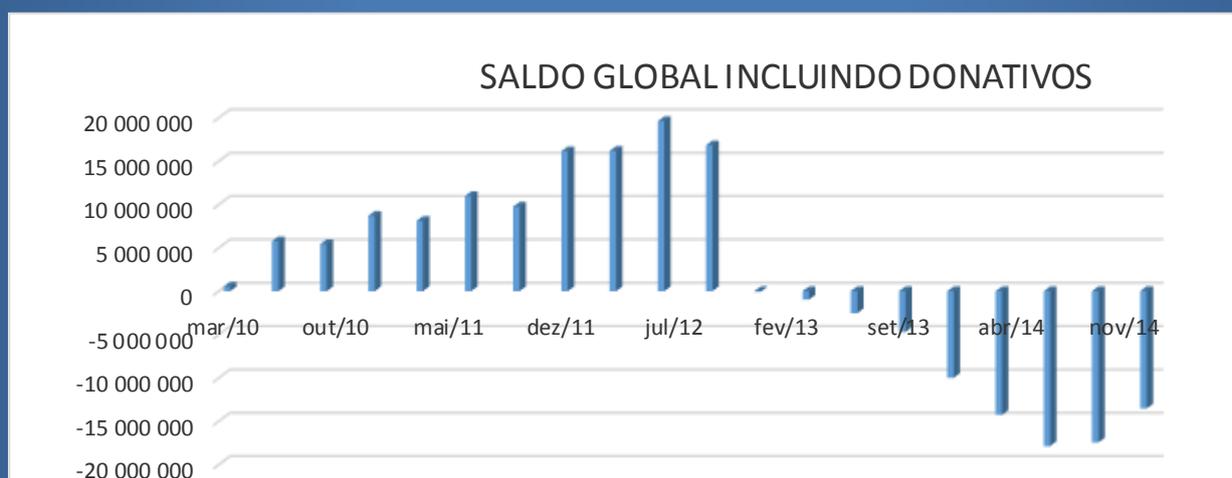




Relatório das Finanças Públicas Janeiro a Dezembro de 2014



Bissau, Fevereiro de 2015

Sumário

Editorial	3
I. INTRODUÇÃO	4
II. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ATÉ DEZEMBRO DE 2014	1
2.1 RECEITAS PÚBLICAS	1
2.2 DESPESAS PÚBLICAS	3
2.3 OS PRINCIPAIS SALDOS	5
2.4 DÍVIDA EXTERNA	6
2.5 FINANCIAMENTO	6
2.6 ESTADO DE CONVERGÊNCIA DA UEMOA	7
2.6.1 Critérios da Primeira Ordem:	7
2.6.2 Critério de segunda ordem:	8
III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	9
IV. PERSPECTIVAS	10
ANEXOS:	11
Quadro 8 Tabeladas Operações Financeiras do Estado	11

EDITORIAL

O Ministério da Economia e Finanças (MEF) ao assumir a Reforma das Finanças Públicas como um desafio, pretende encontrar uma solução para a administração Pública e maior eficiência na prestação de serviços públicos, contribuindo de uma forma significativa para a mudança organizacional e valorização da nova metodologia de trabalho baseada na produção de valores associados à gestão por objectivos e por competências.

A transparência e a boa gestão das Finanças Públicas, constituem valores essenciais na formulação das políticas públicas. Assim sendo, a actual Direcção Superior do MEF, prioriza medidas de políticas económicas coerentes para a implementação das reformas das Finanças Públicas, a saber: o reforço da convergência das economias, a aceleração e fortalecimento do crescimento económico, redução da pobreza e uma boa gestão macroeconómica para a promoção do desenvolvimento durável e sustentado a partir da valorização dos recursos humanos.

Com a publicação do presente relatório pretende-se difundir um novo conceito de gestão e de aproximação da sociedade, introduzindo a vertente comunicação numa perspectiva pedagógica e, permitir o acompanhamento de todo o processo de reforma em curso na gestão das Finanças Públicas. Pretende-se, ainda, proporcionar ao público em geral, e aos colaboradores e parceiros em particular, uma nova dinâmica na gestão da coisa pública. Por outro lado, os actores económicos e políticos devem contribuir de uma forma eficaz e eficiente no fortalecimento e aceleração do crescimento económico assim como na redução da pobreza e da integração regional.

Ministério da Economia e Finanças

Finanças Públicas – Administração

I. INTRODUÇÃO

O objectivo deste Relatório é fornecer informações sobre a situação das Finanças Públicas de Janeiro a Dezembro de 2014, de forma a permitir uma visão global da execução orçamental, dando mais transparência à execução do Orçamento Geral de Estado (OGE), de acordo com a nova disposição da União, o Código da Transparência na Gestão das Finanças Públicas, baseada na Directiva Nº 1/2009/CM/UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental). Para o efeito, impõe-se aos Estados Membros da União a publicação periódica e regular das informações sobre a execução orçamental.

Em 2014, a situação política económica e financeira foi caracterizada essencialmente pela retoma das negociações com as Instituições de *Bretteen Wood* (FMI e BM), União Europeia e dos principais parceiros técnicos e financeiros da Guiné-Bissau. Graças a essa retoma, foi possível a realização das eleições gerais que permitiram o desembolso dos Apoios, sobretudo da parte da UEMOA, CEDEAO e, em particular da União Europeia e do Timor Leste. A luz destes apoios, a economia teve um desempenho favorável, assim como, a menor escala de choques exógenos conjuntamente com as medidas de controlo e seguimento das políticas económicas, favoreceram um ambiente propício para o exercício da actividade económica. A forte queda na procura interna provocou a descida da inflação e trouxe melhoria nos agregados monetários e permitiu a estabilização financeira.

Este relatório, visa fornecer informações que permitam a tomada de decisões relativamente às políticas económicas necessárias e pertinentes, assim como, à prossecução dos objectivos do Governo em matéria das Finanças Públicas, consubstanciadas no seu Programa de governação e do Orçamento do Estado em execução, e por outro lado, dar informações úteis ao público sobre a execução orçamental.

A execução orçamental cobre o período de janeiro a Dezembro de 2014, assim como, as conclusões, recomendações, e as perspectivas económicas.

II. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ATÉ DEZEMBRO DE 2014

2.1 RECEITAS PÚBLICAS

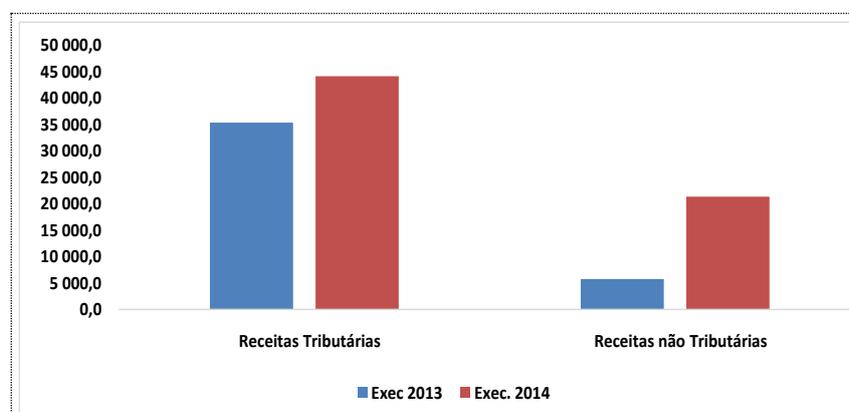
De acordo com a Tabela das Operações Financeiras do Estado (TOFE) em anexo.

Até Dezembro de 2014, as receitas totais e Donativos atingiram 105.888,3 milhões de Fcfa contra 63.798,0 milhões de Fcfa no mesmo período do ano anterior, isto é, registou-se um aumento de 66,0% em relação ao período homólogo do ano precedente. Este aumento tem a ver as receitas correntes (+59,3%) e os donativos (+78,1%). As receitas correntes aumentaram devido a arrecadação nas receitas tributárias em (24,9%) e nas receitas não tributárias em (270,8%).

Relativamente às receitas tributárias, o aumento verificou-se nos impostos directos e indirectos em (2,1%) e (35,2%), respectivamente. O aumento dos impostos directos explica-se pelo aumento do imposto sobre o rendimento em (4,9%) e, dos impostos indirectos resultam dos impostos sobre as transacções internacionais (45,5%), imposto sobre o consumo (44,6%) e de imposto geral sobre venda (27,9%) (ver quadro 9 em anexo).

Nas receitas não tributárias tiveram influências positivas nas seguintes rubricas: as taxas, multas e penalidades em 175,9%, transferências em 364,2%, concretamente nas administrações públicas e nas transferências do exterior (compensação financeira), vendas de bens e serviços em 29,5% e as receitas do imposto do Fundo de Promoção à Industrialização dos Produtos Agrícola (FUNPI) de 4.808,0 milhões de Fcfa (ver Quadro 9 em anexo).

Gráfico-1 da Execução das Receitas Correntes



Fonte: MEF- DGPEE.

Concernente aos donativos, o Governo mobilizou 40.338,6 milhões de Fcfa contra 22.651,9 milhões de Fcfa no mesmo período no ano transato, representando assim, um aumento de 78,1%, em relação ao ano 2013 e uma taxa de execução de 86,7%. Esta evolução decorreu, em parte, dos aumentos observados nos donativos externos (101,7%), com maior destaque à ajuda à balança de pagamentos (apoios orçamentais) acima dos 100% e, ajudas ao projectos em 49,5%.

Quadro- 1 de Execução das Receitas Orçamentais

Janeiro a Dezembro (em milhões Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2013	Prog. 2014	Exec. 2014	V.H.	Tx Exec.
RECEITA TOTAL & DONATIVOS	63 798,0	104 859,1	105 888,3	66,0	101,0
Receitas Correntes	41 146,1	58 359,1	65 549,7	59,3	112,3
Receitas Tributárias	35 381,3	38 409,2	44 175,2	24,9	115,0
Impostos Directos	11 041,8	12 635,1	11 278,1	2,1	89,3
Impostos Indirectos	24 339,6	25 774,1	32 897,1	35,2	127,6
Receitas não Tributárias	5 764,8	19 949,9	21 374,5	270,8	107,1
Txs. Mult. & Penalidades	2 262,1	8 660,6	6 242,1	175,9	72,1
Tranferencias	1 729,1	9 255,4	8 026,4	364,2	86,7
Vendas Bens & Serviços	1 772,1	2 033,9	2 294,4	29,5	112,8
Outras Rec. Correntes	1,4	0,0	4 811,6	333 308,3	
Donativos	22 651,9	46 500,0	40 338,6	78,1	86,7
Donativos Internos	2.647,8	14.120,0	0,0	-100,0	0,0
Donativos Externos	20.004,1	32.380,0	40.338,6	101,7	124,6
Ajuda ao Projecto	17 516,1	17 380,0	26 179,1	49,5	150,6
Ajudas à Balança de Pagamentos	2 488,0	15 000,0	14 159,6	469,1	94,4

Fonte: MEF- DGPEE.

2.2 DESPESAS PÚBLICAS

As despesas totais e empréstimos líquidos aumentaram em 55,7%, situando-se em 119.321,8 milhões de Fcfa contra 76.617,6 milhões de Fcfa em 2013. Para este resultado, destacam-se as seguintes contribuições: aumento nas despesas correntes (54,8%), aumento nas Despesas à regularizar (313,7%) e aumento nas despesas de capital (53,1%). Este último teve destaque nas despesas com financiamento externo (+67,2%), apesar da diminuição verificada nas despesas com financiamento interno, isto é, sem a inclusão das isenções no período em análise.

As despesas primárias¹ registaram a mesma tendência (52,7%), em relação ao período homólogo do ano transacto, devido ao aumento verificado nas despesas correntes primárias, despesas de capital e nas despesas à regularizar (DNTs).

As despesas correntes aumentaram 54,8% em relação ao ano precedente, devido ao aumento verificado em todas as rubricas desta natureza, dos quais, os juros correntes e outras despesas correntes acima dos 100,0%, transferências correntes em 51,8% e despesas com pessoal em 28,8%, este último deve-se à regularização do pagamento do salário do pessoal contratado e dos novos ingressos verificados nos Ministério da Educação Nacional e da Saúde, respectivamente. As despesas correntes primárias aumentaram 50,2%.

O aumento registado nas despesas de capital deveu-se aos financiamentos do BOAD, UNICEF e PAM.

As despesas à regularizar (DNT's) situaram-se em 1.857,7 milhões de Fcfa contra 449,1 milhões de Fcfa em igual período de 2013, isto é, um aumento acima de 100,0%, influenciado pela contabilização dos DNTs dos Bancos Comerciais no período em análise.

Até Dezembro de 2014, o Governo pagou algumas despesas atrasadas, referentes ao ano de 2013.

Os atrasados de pagamento interno foram de 3.985,6 milhões de Fcfa contra 4.798,3 milhões de Fcfa no período homólogo do ano 2013.

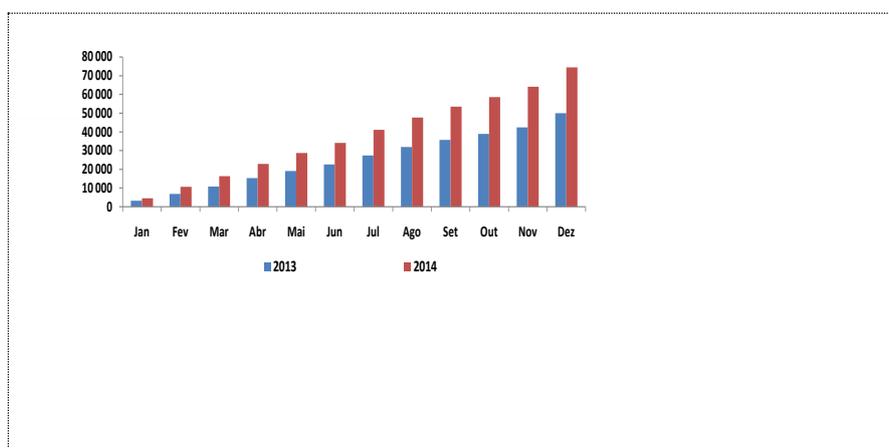
¹ Entende-se como despesas primárias as despesas totais excluindo juros.

Quadro 2 de Execução das Despesas Orçamentais

DESIGNAÇÃO	Janeiro a Dezembro (em milhões Fcfa)				V.H.	Tx.Exec.
	Exec 2013	Prog. 2014	Exec. 2014			
DESPESA TOTAL & EMP. LÍQ.	76 617,6	96 773,0	119 321,8	55,7	123,3	
Despesas Correntes	50 051,5	66 124,0	77 471,4	54,8	117,2	
Despesas com Pessoal	24 380,0	30 769,0	31 390,5	28,8	102,0	
Salário e Ordenado	24 380,0	30 769,0	31 390,5	28,8	102,0	
Aquisição Bens e Serviços	8 912,9	11 377,0	11 015,1	23,6	96,8	
Transferências correntes	12 944,8	14 749,0	19 647,0	51,8	133,2	
Outras Despesas Correntes	3 625,9	2 144,0	12 825,9	253,7	598,2	
Juros da Dívida	187,9	7 085,0	2 593,0	1 280,3	36,6	
Despesas correntes primárias	49 863,6	59 039,0	74 878,4	50,2	126,8	
Despesas à Regularizar	449,1	0,0	1 857,7	313,7		
Desp. de Capital	26 117,0	30 649,0	39 992,7	53,1	130,5	
Desp. Capital (fin. Interno.)	2 647,8	2 383,0	759,7	-71,3	31,9	
Desp. Capital (fin. Externo.)	23 469,2	28 266,0	39 232,9	67,2	138,8	
Despesas primárias	76 429,7	89 688,0	116 728,7	52,7	130,1	
Ajustamento base caixa	4 798,3	384,1	-2 001,6	141,7	-19,3	
Resto a Pagar	4 798,3	5 532,0	3 985,6	16,9	72,0	
Pagamentos anos anteriores	0,0	4 852,1	-5 987,1	?	-123,4	

Fonte: MEF- DGPEE.

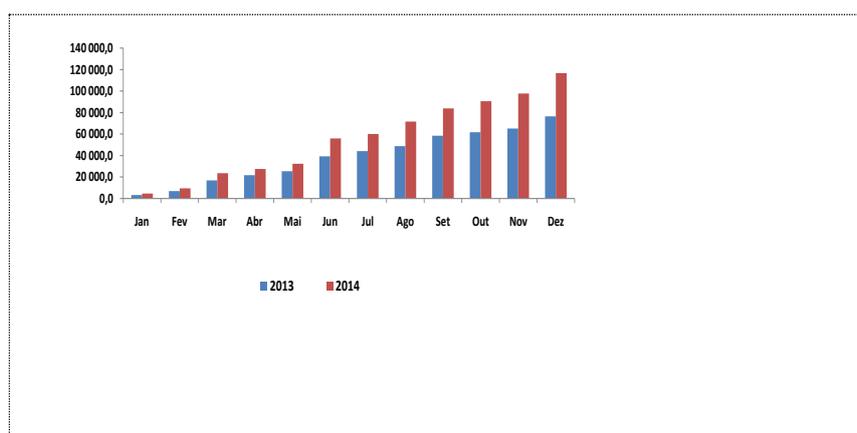
Gráfico-2 da Execução das Despesas Correntes Primárias (V.A.)²



Fonte: MEF- DGPEE.

² Valores Acumulados.

Gráfico-3 da Execução das Despesas Primárias (V.A.)



Fonte: MEF- DGPEE.

2.3 OS PRINCIPAIS SALDOS

Em 2014, o saldo primário registou um défice de 9.328,7 milhões de FCFA contra um défice de 8.717,5 milhões de FCFA no período homólogo do ano transacto.

O saldo primário de base registou um défice de 10.088,4 milhões de FCFA contra um défice de 11.365,3 milhões de FCFA no período homólogo do ano precedente.

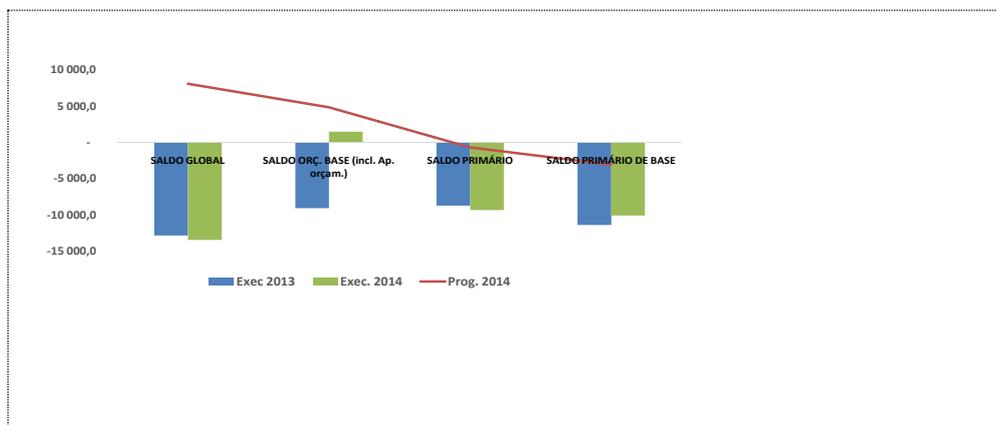
O saldo Global incluindo os donativos (o critério chave da convergência da UEMOA), registou um défice de 13.433,4 milhões de Fcfa contra um excedente de 8.086,1 milhões de Fcfa programados em 2014. Em relação ao período homólogo do ano 2013, foi de -12.819,5 milhões de Fcfa. Este resultado traduz-se numa deteriorização de 613,9 milhões de Fcfa. Contribuiu para este resultado, o aumento das despesas correntes de 54,8%, conduzindo alterações orçamentais.

Quadro-3 de Execução dos Principais Saldos

DESIGNAÇÃO	Janeiro a Dezembro (em milhões Fcfa)			V.H.	Tx Exec.
	Exec 2013	Prog. 2014	Exec. 2014		
SALDO GLOBAL (incl. Donativos)	-12 819,5	8 086,1	-13 433,4	4,8	-166,1
SALDO ORÇ. BASE (incl. Ap. rçam.)	-9 065,2	4 852,1	1 478,1	-116,3	30,5
SALDO PRIMÁRIO	-8 717,5	-679,9	-9 328,7	7,0	1372,1
SALDO PRIMÁRIO DE BASE	-11 365,3	-3 069,9	-10 088,4	-11,2	329,4

Fonte: MEF- DGPEE.

Gráfico - 4 da Execução dos principais saldos



Fonte: MEF- DGPEE.

2.4 DÍVIDA EXTERNA

No final de Dezembro 2014, o Stock da dívida externa incluindo os juros em atraso foi de 250,91 milhões de USD contra 217,79 milhões de USD no mesmo período de 2013, ou seja, verificou-se um aumento de 15,2%. Esta variação de Stock deve-se à actualização das informações com o FMI, no quadro da missão efectuada em Setembro de 2014.

Quadro - 4 Stock da Dívida Externa (em milhões de Dolares USD)

	Total do stock da Dívida Externa até 31/Dez. /13	Total do stock da Dívida Externa até 31/Dez. /14
Total	217,79	250,19
Multilateral	164,20	197,70
Bilateral	53,29	52,19
Banco Franco-Português	0,30	0,30

Fonte: MEF- DGT/SDP.

Em termos de Desembolso aos projectos, o Governo conseguiu em 2014 um montante de 13.053,9 milhões de Fcfa contra 5.953,1 milhões de Fcfa em

2013. O grosso do montante desembolsado foi financiado pelo BOAD e direcionado aos projectos de desenvolvimento.

Quanto às amortizações, em 2014 foram reembolsadas 839,0 milhões de Fcfa contra 241,8 milhões de Fcfa no período homólogo de 2013.

2.5 FINANCIAMENTO

No final de Dezembro de 2014, o total do financiamento situou-se em 15.183,2 milhões de Fcfa, entre os quais, 2.968,3 milhões de Fcfa foram obtidos a nível interno (financiamentos bancários) e 12.214,9 milhões de Fcfa a nível externo, isto é, os empréstimos ligados aos projectos, financiadas principalmente pelo BOAD (Banco Oeste Africano para o Desenvolvimento), destinados á construção, reabilitação e manutenção de vias urbanas de Bissau.

Em relação ao ano 2013, o financiamento foi de 15.023,5 milhões de Fcfa, dos quais, 9.312,3 milhões de Fcfa foram obtidos a nível interno (financiamentos bancários), e os restantes 5.711,3 milhões de Fcfa a nível externo, isto é, empréstimos aos projectos, também financiadas principalmente pelo BOAD para os Projectos de Reabilitação e Alargamento da Estrada Mansoa-Farim e do Apoio à Segurança Alimentar (PASA).

Em Julho de 2014, o governo emitiu Títulos do Tesouro onde contraiu empréstimos na ordem dos 15.000 milhões de Fcfa para financiar as despesas salariais, os atrasados com os Bancos Comerciais e outras despesas. Por fim, a Tabela das Operações Financeiras do Estado apresenta um Défice (GAP) de -251,8 milhões de Fcfa contra 7.002,3 milhões de Fcfa no mesmo período homólogo do ano anterior.

Quadro-5 Execução do Financiamento

Janeiro a Dezembro (em milhões Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2013	Prog. 2014	Exec. 2014	V.H.	Tx Exec.
FINANCIAMENTO	15 023,5	15 000,0	15 183,2	1,1	101,2
Financiamento Interno	9 312,2	15 000,0	2 968,3	-68,1	19,8
<i>Financ. Bancário</i>	9 312,2	15 000,0	2 968,3	-68,1	19,8
Banco Central	-122,3	0,0	-5 645,8	4 516,4	
Δ depósito Estado	-122,3	0,0	-5 645,8	4 516,4	
Banco Comerciais	9 434,5	15 000,0	8 614,1	-8,7	57,4
Depósitos nos Bancos	201,1	0,0	-2 249,7	-1 218,7	
depósitos do tesouro	201,1	0,0	-2 249,7	-1 218,7	
Concours dos Bancos	9 233,4	15 000,0	10 863,8	17,7	72,4
<i>Financ. não Bancário</i>	0,0	0,0	0,0		
Financiamento Externo	5 711,3	0,0	12 214,9	113,9	
<i>Financ. aos Projectos</i>	5 953,1	0,0	13 053,9	119,3	
<i>Amort. Corr. Exigível</i>	-241,8	0,0	839,0	247,1	
GAP	7 002,3	33 470,2	-251,8	- 103,6	- 0,8

Fonte: MEF- DGPEE.

2.6 ESTADO DE CONVERGÊNCIA DA UEMOA

Considerando o incumprimento do horizonte 2000-2013 da convergência, devido aos sucessivos fracassos encontrados em diferentes economias, levou a Comissão da UEMOA, através da conferência dos Chefes de Estados e do Governo, a alargar o horizonte da convergência para o ano 2019 e introduzir algumas mudanças nos Indicadores de Convergência.

2.6.1 Critérios da Primeira Ordem:

Primeiro: O rácio do saldo orçamental Global incluíndo os donativos reportado ao PIB nominal foi de -2,3% contra -2,2% em igual período de 2013.

Segundo: A taxa de inflação média anual foi de -0,9% contra 0,7% em 2013.

Terceiro: O rácio da dívida externa efectiva sobre o PIB nominal foi de 24,7% até Dezembro de 2014. No mesmo período de 2013 esse rácio foi de 43,5%.

Quadro- 6 do Critério de Convergência

CRITÉRIO PRIMEIRA ORDEM				
INDICADORES	Anual		Jan. a Dez.	
	Norma	2014	2013	2014
Saldo Orç.Global (incl. Don)/PIB	>=-3%	-2,3	-2,2	-2,3
Taxa Infl. Média anual	<=3%	-0,9	0,7	-0,9
Dív.Públ.Total/ PIB1	<=70%	24,7	18,1	24,7

Fonte: MEF- DGPEE.

2.6.2 Critério de segunda ordem:

Primeiro: O rácio massa salarial reportado às receitas fiscais foi de 71,1% contra 68,9% em 2013.

Segundo: A taxa da pressão fiscal foi de 7,4% contra 6,2% no período homólogo de 2013.

Quadro- 7 do Critério de Convergência.

CRITÉRIO SEGUNDA ORDEM				
INDICADORES	Anual		Jan. a Dez.	
	Norma	2014	2013	2014
Massa Sal. /Rec.Fiscais	<=35%	71,1	68,9	71,1
Presão Fiscal	>=20%	7,4	6,2	7,4

Fonte: MEF- DGPEE.

¹ Taxa de câmbio, final Dezembro: 2013 (476,6 Fcfa) e 2014 (587,9 Fcfa); PIBn: 2013 (572,0 biliões Fcfa) e 2014 (595,5 biliões Fcfa).

III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O ano de 2014 foi marcado por uma retoma de actividade económica explicada em parte, por uma boa campanha de comercialização da castanha de caju, o que permitiu a melhoria da arrecadação das receitas domésticas e dos depósitos, ou seja, a posição líquida do governo melhorou bastante. Os donativos recebidos e a emissão de Títulos de Tesouro possibilitaram a regularização em parte de pagamento dos atrasados internos relativamente aos salários, bens e serviços, e das transferências.

Em 2014 houve um ligeiro aumento da exportação da castanha de caju em relação à campanha precedente. O récuo do crédito à economia, explica o aumento pouco considerável na comercialização e exportação de castanha de caju em 2013/2014

Até Dezembro de 2014, os indicadores macroeconómicos demonstraram claramente a retoma da actividade económica. Assim sendo, o crescimento económico foi revisto para 2,9%, contra 0,9% em 2013.

Em termos de reformas estruturais, registou-se alguns progressos, nomeadamente: a bancarização de 98% de salários dos funcionários públicos civis, a disponibilização de base de dados do pessoal das forças armadas para a folha única de salario, a aprovação dos Estatutos Orgânico da Direcção Geral de Contribuições Impostos (DGCI) e na Direcção Geral das Alfandegas (DGA) assim como, aprovação do plano estratégico da DGA.

Em relação ao Pacto de Convergência, de Estabilidade, Crescimento e Solidariedade da UEMOA, o país respeitou todos os Critérios da primeira ordem (consultar o quadro -6 e 7) e na segunda ordem, houve degradações em todos os Critérios.

Recomendações:

- Consolidar a estabilidade sócio-política e criar as condições para que as reformas económicas sejam bem-sucedidas, com vista a garantir a continuidade da comunidade internacional em apoiar o país em matéria do desenvolvimento sócio-económico;

- Zelar pela adopção e elaboração do orçamento-programa baseando-se nas estimativas macroeconómicas e orçamentais coerentes, a fim de evitar os riscos de financiamento.
- Evitar o agravamento dos serviços da dívida pública;
- Promover a diversificação da base produtiva das exportações, a fim de reduzir a dependência do país face às exportações da castanha de cajú;
- Impor às empresas a obrigatoriedade de entregar demonstração financeiras das actividades, junto da DGCI;

IV. PERSPECTIVAS

Após um crescimento económico moderado observado em 2013, ou seja, 0,3%, em 2014 o crescimento económico foi de 2,9%, explicado pela retoma da actividade económica impulsionado pelos sectores da energia e água, agricultura e floresta, pecuária e as pescas.

A recente contração de empréstimos através de emissão de Títulos de Tesouro nos Bancos Comerciais do País e da UEMOA, mostra um certo restabelecimento da confiança sobre os agentes financeiros privados e as Comunidades Internacionais que trouxe as contribuições da parte da União Europeia e da compensação das pescas.

Para o ano de 2015, as perspectivas macroeconómicas de médio prazo são relativamente favoráveis, situando-se o crescimento em 4,7%, segundo as estimativas do Comité do Enquadramento Macroeconómico, que vai depender da recuperação sustentada das despesas públicas (em particular dos Investimentos Públicos) e da estabilidade do ambiente de negócio.

Prespectiva-se para meados de Março de 2015, uma Mesa Redonda com os parceiros da Guiné-Bissau e um acordo de Programa Económico Financeiro de curto prazo com o FMI, denominada Facilidade de Crédito Rápido.

ANEXOS:

QUADRO 8 TABELADAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO

Janeiro a Dezembro (em milhões Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2013	Prog. 2014	Exec. 2014	V.H.	Tx Exec.
RECEITA TOTAL & DONATIVOS	63 798,0	104 859,1	105 888,3	66,0	101,0
Receitas Correntes	41 146,1	58 359,1	65 549,7	59,3	112,3
Receitas Tributárias	35 381,3	38 409,2	44 175,2	24,9	115,0
Impostos Directos	11 041,8	12 635,1	11 278,1	2,1	89,3
Impostos Indirectos	24 339,6	25 774,1	32 897,1	35,2	127,6
Receitas não Tributárias	5 764,8	19 949,9	21 374,5	270,8	107,1
Txs. Mult. & Penalidades	2 262,1	8 660,6	6 242,1	175,9	72,1
Tranferencias	1 729,1	9 255,4	8 026,4	364,2	86,7
Vendas Bens & Serviços	1 772,1	2 033,9	2 294,4	29,5	112,8
Outras Rec. Correntes	1,4	0,0	4 811,6	333 308,3	
Donativos	22 651,9	32 380,0	46 500,0	78,1	86,7
Donativos Internos	2.647,8	14.120,0	0,0	-100,0	0,0
Donativos Externos	20.004,1	32.380,0	40.338,6	101,7	124,6
Ajuda ao Projecto	17.516,1	17 380,0	26 179,1	49,5	150,6
Ajudas à Balaça de Pagamentos	2 488,0	15 000,0	14 159,6	469,1	94,4
DESPESA TOTAL & EMP. LÍQ.	76 617,6	96 773,0	119 321,8	55,7	123,3
Despesas Correntes	50 051,5	66 124,0	77 471,4	54,8	117,2
Despesas com Pessoal	24 380,0	30 769,0	31 390,5	28,8	102,0
Salário e Ordenado	24 380,0	30 769,0	31 390,5	28,8	102,0
Aquisição Bens e Serviços	8 912,9	11 377,0	11 015,1	23,6	96,8
Transferências correntes	12 944,8	14 749,0	19 647,0	51,8	133,2
Outras Despesas Correntes	3 625,9	2 144,0	12 825,9	253,7	598,2
Juros da Dívida	187,9	7 085,0	2 593,0	1 280,3	36,6
Despesas correntes primárias	49 863,6	59 039,0	74 878,4	50,2	126,8
Despesas à Regularizar	449,1	0,0	1 857,7	313,7	
Desp. de Capital	26 117,0	30 649,0	39 992,7	53,1	130,5
Desp. Capital (fin. Interno.)	2 647,8	2 383,0	759,7	-71,3	31,9
Desp. Capital (fin. Externo.)	23 469,2	28 266,0	39 232,9	67,2	138,8
Despesas primárias	76 429,7	89 688,0	116 728,7	52,7	130,1
SALDO GLOBAL	-12 819,5	8 086,1	-13 433,4	4,8	166,1
SALDO ORÇ. BASE (incl. Ap. orçam.)	-9 065,2	4 852,1	1 478,1	-116,3	30,5
SALDO PRIMÁRIO	-8 717,5	-679,9	-9 328,7	7,0	1372,1
SALDO PRIMÁRIO DE BASE	-11 365,3	-3 062,9	-10 088,4	52,7	329,4
Ajustamento base caixa	4 798,3	10 384,1	-2 001,6	-141,7	-19,3
Resto a Pagar	4 798,3	5 532,0	3 985,6	-16,9	72,0
Pagamentos anos anteriores	0,0	4 852,1	-5 987,1		-123,4
FINANCIAMENTO	15 023,5	15 000,0	15 183,2	1,1	101,2
Financiamento Interno	9 312,2	15 000,0	2 968,3	-68,1	19,8

Financ. Bancário	9 312,2	15 000,0	2 968,3	-68,1	19,8
Banco Central	-122,3	0	-5 645,8	4 516,4	
Δ depósito Estado	-122,3	0	-5 645,8	4 516,4	
Banco Comerciais	9 434,5	15 000,0	8 614,1	-8,7	57,4
Depósitos nos Bancos	201,1	0	-2 249,7	-1 218,7	
depósitos do tesouro	201,1	0	-2 249,7	-1 218,7	
Concours dos Bancos	9 233,4	15 000,0	10 863,8	17,7	72,4
Financ. não Bancário	0	0	0		
Financiamento Externo	5 711,3	0	12 214,9	113,9	
Financ. aos Projectos	5 953,1	0	13 053,9	119,3	
Amort. Corr. Exigível	-241,8	0	839,0	247,1	
GAP	7 002,3	33 470,2	-251,8	- 103,6	- 0,8

Quadro 9 das Operações Financeiras de Estado (Receitas)

Janeiro a Dezembro (em mil Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2013	Prog. 2014	Exec. 2014	V.H.	Tx Exec.
Receitas Tributárias	35 381 309	38 409 164	44 175 195	24,9	115,0
<i>impostos directos</i>	11 041 757	12 635 104	11 278 126	2,1	89,3
Impostos sobre o rendimento	10 570 201	12 108 823	11 088 940	4,9	91,6
Outros impostos directos	471 556	526 281	189 186	-59,9	35,9
<i>impostos Indirectos</i>	24 339 552	25 774 060	32 897 069	35,2	127,6
Impostos s/Transacções Intern.	10 803 025	10 872 507	15 713 704	45,5	144,5
Impostos sobre o consumo (IEC)	1 885 090	1 843 527	2 726 295	44,6	147,9
Imposto Geral s/Vendas (IGV)	10 222 988	11 494 926	13 071 764	27,9	113,7
Outros impostos indirectos	1 428 449	1 563 100	1 385 306	-3,0	88,6
Receitas não Tributárias	5 764 828	19 949 930	21 374 492	270,8	107,1
<i>Txs. Mult. & Penalidades</i>	2 262 096	8 660 621	6 242 087	175,9	72,1
Taxas	2 207 968	8 355 621	6 189 504	180,3	74,1
Multas e penalidades	54 128	305 000	52 583	-2,9	17,2
<i>Tranferencias</i>	1 729 142	9 255 443	8 026 407	364,2	86,7
Administrações publicas	1 723 061	823 065	1 794 835	4,2	218,1
Exterior	0	8 432 378	6 231 572	?	73,9
Outros	6 081	0	0	-100,0	?
<i>Venda de bens & Serviços</i>	1 772 147	2 033 866	2 294 353	29,5	112,8
Venda de bens nao duradouros	138	160	413	200,2	258,8
Serviços	1 510 983	1 580 786	1 730 121	14,5	109,4
Venda do pescado & Outros	261 026	452 920	563 819	116,0	124,5
<i>Outras Rec. Corr.+Rend. Prop.+Funpi</i>	1 443	0	4 811 646	333 308,3	?

Quadro 10 da evolução do Stock da Dívida Externa

Evolução recente do Stock da Dívida Externa da Guiné-Bissau ate 31/12/2014			
PERÍODO	PIBn Milhões FCFA	STOCK DA DÍVIDA EXTERNA DA GUINÉ-BISSAU (Milhões FCFA)	DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA % DO PIB
2008	386.962	510.673	132,0%
2009	389.930	499.102	128,0%
2010	419.743	81.380	19,4%
2011	520.776	93.592	18,0%
2012	547.183	99.991	18,3%
2013	572.032	103.808	18,1%
2014	595.471	147.091	24,7%

Fonte: MEF- DGT/SDP.

Ficha Técnica:

Coordenador:

O Director Geral:

Totas João Correia

E-mail: totas.correia@gmail.com

Site: www.minfin-gov.bissau.net

Equipa Técnica:

Óscar Cunha

Adão Jata

Alberto Lona

Seco Camara

Samora Gomes

Carlos Sanhá (em memória)

Edson Mango Vaz da Silva

Emerino Lima Neto

Laudimila C. S. Camará

Firmino Pera Joaquim

Sérgio da Silva Intchete

Raciato Bari Serra

Fernando Mané

Secretário do Director Geral

Mamadú L. Turé

Colaboração de todas as Direcções Gerais do Ministério da Economia e Finanças

